



GOVERNO DE SANTA CATARINA
Secretaria de Estado da Saúde
Comissão Intergestores Bipartite

A Câmara Técnica não é deliberativa. Os itens aqui discutidos e pactuados serão avaliados na reunião da CIB e poderão ser alterados.

ATA CÂMARA TÉCNICA DE GESTÃO

Dia: 16 de novembro de 2017

Horário: 09 horas

Local: 8º andar da SES

PRESENTES À REUNIÃO

SES: Lourdes de Costa Remor (CIB), Paulo Orsini (DEPS), Mariana Itamaro Gonçalves (GECO), Grace Ella Berenhauser (SUG), Fábio Antônio de Souza (GECO), Claudia Gonsales (DIPA), Marcus Aurélio Guckert (GEPSA), Erenésio Olavo Welli (Blumenau), Ademar José Machado (Gerência Financeira).

COSEMS: Maria Regina de Souza Soar (Blumenau), Francisnara Tataira Zavaski (Balneário Camboriú), Giane C. Carniato (Cocal do Sul), Márcia A. Cansian (Botuverá), Uiara Rautenberg Silva (Blumenau), Maristela Bisognin Santi (Chapecó), Odila Maria Walderich (Lages), Sabrina do S. da Silva (São José), Ivone W. R. G. da Luz (Guaramirim), Rodrigo Andrioli (Joinville), Gislene C.M. Araujo (Joinville), Elisabeth R. E. Bachmann (Jaraguá do Sul), Simone A. de Souza (Joinville), Fabiana Conrado (Jaraguá do Sul), Cristiane H. Wille (Jaraguá do Sul), Katiane Fello (Brusque), Rubia Hardt (Blumenau).

Justificaram ausência: Crespa, Edenice, Karin.

Coordenação da reunião: Grace Berenhauser

ITENS DA PAUTA

- 1- Cirurgias Eletivas – Informes e Aspectos Gerais (SES e COSEMS);
- 2- Serviços habilitados sem produção - Controle e Avaliação para 2018 (COSEMS e SES);
- 3- PPI Ambulatorial – Oftalmologia, APAE e Pronto Atendimento: Critérios (COSEMS e SES)
4. PORTARIA Nº 2.730, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017: Alocação dos Recursos (SES)
5. PORTARIA Nº 2.342, DE 24 DE OUTUBRO DE 2017: Alocação dos Recursos – (SES);
6. Descumprimento do cronograma de pagamentos dos Cofinanciamentos (SGA);
7. Prestação de contas SES Deliberação nº 432/2014 (Financeiro/Participasus);

8. Acesso aos serviços de média complexidade - Pessoas Privadas de Liberdade - São Cristóvão do Sul.

1. PRESTAÇÃO DE CONTAS: DELIBERAÇÃO 432/2014 (RECURSO FEDERAL PARTICIPASUS)

Marcus Aurélio Guckert (GEPISA), com relação à aplicação do recurso federal pactuado na Deliberação 432/2014, especifica: Do total de R\$ 2.474.597,64. A deliberação CIB nº 432/2014, aprovou a seguinte divisão dos recursos no valor de R\$ 2.474.597,64 para os seguintes componentes:

- CIR/R\$ 20.000,00 Para cada CIR - R\$ 320.000,00
- COSEMS – R\$ 740.000,00
- Cursos EAD e Capacitações – R\$ 1.374.597,64 (divididos em A e B)

A – Ilha dos Sabores: R\$ 946.951,37 em eventos: organização/café.

B – Evento (Gessilda) R\$ 157.070,00 em evento: organização/café.

Cursos EAD e Capacitações: R\$ 1.104.021,37: total dos eventos dos itens A e B.

C – Conferência Estadual de Saúde: R\$ 493.851,63 (eventos e ISS).

Diogo Demarchi, Assessor Técnico do Cosems, lembra da pactuação da Deliberação 432/2014 é refere o descumprimento da Deliberação. O recurso não utilizado no item A não foi pactuado na Deliberação. O destino era outro. Ivone Luz, Secretária Municipal de Saúde de Guaramirim questiona o valor em capacitações, que daria aproximadamente R\$ 1.000,00 para cada aluno para uma capacitação de 15h. Maria Regina de Souza Soar, Secretária Municipal de Saúde solicita que essa prestação de contas seja apresentada na reunião da CIB, para conhecimento dos gestores. Maria Regina chama atenção para a aplicação do recurso somente na Região da Grande Florianópolis.

Encaminhamentos: Levar como informe para a reunião da CIB.

2. CAMPANHA DE CIRURGIAS ELETIVAS COM RECURSO FEDERAL

Diogo Demarchi, Assessor do Cosems, coloca sobre a Campanha de Cirurgias Eletivas com recurso federal e cita que o item veio para a reunião para obtenção de maiores esclarecimentos por parte da SES. Cláudia Gonsalves, Diretora de Controle e Avaliação da SES, informa que as AIHs estão sendo inseridas no SISREG como cirurgias eletivas e não de campanha. Fábio de Souza, Gerente de Controle e Avaliação da SES, esclarece que as AIHs foram distribuídas por faixa numérica, específica para campanha. Cláudia Gonsalves refere que a dificuldade é o agendamento da pré-consulta no hospital. Cláudia cita ainda que alguns gestores pactuaram o termo de cirurgias eletivas e como não conseguiram prestador de serviço, não estão realizando as cirurgias de campanha. Lembra que o problema não está na regulação. Informa também que há municípios que não inseriram o laudo no SISREG. Cláudia Gonsalves coloca ainda que há gestores que pactuaram procedimentos com um prestador de serviço sem que esse prestador tenha conhecimento dos procedimentos pactuados. O mesmo ocorreu com a replicação do termo. O Secretário encaminhou para a SES para replicar o termo sem o consentimento e conhecimento do prestador/médico. Quanto à cobrança do FAEC (extrateto) para o MAC, **o problema foi a identificação da AIH pelo município**, zerando a O FAEC e sendo cobrado como MAC. Houve a distribuição da AIH por faixa numérica pela SES para o mês

correspondente. Houve falta de comunicação entre os gestores estadual e municipais, resultando nesse problema. Maria Regina de Souza Soar coloca que a Central de Regulação não faz esse acompanhamento no SISREG. Se o fizessem, esse problema não ocorreria, porque, quando o município alcançasse o teto, automaticamente, as demais AIHs seriam registradas como FAEC, de campanha no sistema. A regulação liberou as AIHs como normais por falta de regulação dos tetos. Uirara de Blumenau sugere que seja colocado no passo a passo, o prêmio da FPO. Diogo Demarchi cita que a preocupação maior dos municípios referem-se à aplicação dos R\$ 8.000.000,00, recurso federal, em cirurgias eletivas, a serem utilizados até dezembro de 2017. Diogo Demarchi apresenta um fluxo dos encaminhamentos dos documentos pelos municípios.

Encaminhamentos: Levar para C. T. de Regulação.

2.1 Mutirão de Cirurgias de Cataratas

Grace Ella Berenhauer, Superintendente de Gestão e Planejamento, informa que a SES está tratando com uma equipe de São Paulo para realizar o Mutirão de Cirurgias de Catarata. Essa equipe contrataria os hospitais e pagariam um recurso para cada hospital pela utilização do estabelecimento de saúde. O Estado/SES coordenará a campanha de cirurgias de catarata, definindo os municípios/hospitais por Macrorregião. O contrato a ser realizado será o mesmo já existente com a SES. A equipe de SP avaliará se o paciente precisará de exames e a SES ressarcirá a equipe, se forem realizados exames. A fila é para catarata. A cirurgia será realizada em um olho de cada vez, tendo o paciente, a garantia da segunda cirurgia num prazo de até 30 dias. Fábio de Souza esclarece que pretendem que os médicos dessa equipe façam CRM em SC, para poder contar como série histórica essas cirurgias.

Encaminhamentos: Levar para informe na reunião da CIB.

3. SERVIÇOS HABILITADOS SEM PRODUÇÃO - CONTROLE E AVALIAÇÃO PARA 2018

Diogo Demarchi, Assessor Técnico do Cosems, cita que o item veio para traçar estratégias sobre os serviços habilitados e que não apresentam produção. Exemplo da Rede Cegonha de Chapecó: estão habilitados e não realizam procedimentos. Maria Regina de Souza Soar, Secretária Municipal de Saúde de Blumenau, questiona sobre os leitos de saúde mental em que o hospital recebe incentivo e a AIH é zerada. CAPS também não apresentam atendimentos. Maria Regina de Souza Soar informa que o Ministério da Saúde cortará os incentivos desses serviços que não apresentam produção. Informa ainda, o município que não estiver alimentando o sistema de informação, terá o seu recurso bloqueado. Informação para todos os serviços que recebem incentivos. É necessário capacitar e informar todos os municípios sobre isso. Ivone Luz, Secretária Municipal de Saúde de Guaramirim sugere que não se faça licitação para capacitação em auditório com 60 pessoas.

Encaminhamentos: Levar como informe na reunião da CIB.

4. PPI AMBULATORIAL – OFTALMOLOGIA, APAE E PRONTO ATENDIMENTO: CRITÉRIOS

4.1 Oftalmologia: Diogo Demarchi informa que o Ministério da Saúde publicou a Portaria 3.011 de 10 de novembro de 2017, passando procedimentos do FAEC para o MAC. Para Santa Catarina, o recurso repassado foi de R\$ 10.528.000,00. E o principal é o glaucoma que saiu do FAEC e foi incorporado ao MAC. Diogo coloca que é necessário alocar esse recurso, ver a meta e os serviços habilitados em glaucoma. Maria Regina de Souza Soar informa que o CONASS e o CONASEMS não concordaram no repasse do recurso de FAEC para MAC, pois, não há registros corretos de produção e também, porque o recurso será repassado para o Estado. Mesmo assim, o MS alterou o FAEC para MAC. Sugere então, que o Estado faça o

levantamento dos serviços, produção e se necessário, repactuar o recurso. Márcia Cansian de Botuverá lembra que esse recurso, provavelmente, é o aplicado em consultas para mapeamento de retina e já devem estar pactuados. Fábio de Souza fará essa pactuação ou repactuação em novembro de 2018 e fará retroativo se for necessário. O glaucoma deve ser trabalhado com o físico, haja vista, que agora é MAC e não FAEC.

Encaminhamentos: Organizar os serviços de oftalmologia: SES e COSEMS farão isso. Diogo e Fábio de Souza farão o cenário de produção e levantamento dos serviços (também colaborarão nessa organização: Ivone Luz, Fran de Balneário Camboriú/ajudarão Diogo).

4.2 APAE

Diogo Demarchi refere que o Ministério da Saúde vai incrementar com R\$ 150 milhões de reais, as APAEs, inclusive para procedimentos com final 7.5. É necessário ver como o MS vai alocar esse recurso. Santa Catarina paga R\$ 03 milhões para as APAEs, mas, a produção é menor que o valor. Diogo Demarchi sugere que se crie uma diretriz para que as APAEs se adéquem ao registro da produção. Prazo estipulado: julho de 2018. Diogo cita que alguns municípios apresentam a produção, mas apresentam de maneira errada, com FPO errada.

Encaminhamentos: Encaminhar comunicação para os municípios.

4.3 Pronto Atendimento – PA

Diogo Demarchi lembra que não há parâmetros e sugere fazer um levantamento dos PAs para verificar a produção de cada um. Alguns ‘Pronto Atendimento’ viraram UPAs.

Encaminhamentos: Realizar uma reprogramação dos P.A, excluindo as UPAs.

5. Descumprimento do Cronograma/pagamentos do cofinanciamento

5.1 Ademar José Machado Filho (Gerência Financeira) menciona a Portaria MS 342 de 24 de outubro de 2017 em que constam recursos destinados ao pagamento de incentivos hospitalares, excedente de TRS e Oncologia. A proposta técnica da SES é quitar dívidas de 2016 e Do 1º trimestre de 2017.

5.2 Ademar José Machado (Gerência Financeira), com relação ao descumprimento do cronograma, informa que não há como passar um cronograma, pois a SES depende da Secretaria de Estado da Fazenda. Diogo Demarchi cita que em reunião com a Secretaria da Fazenda, a informação é controversa. Ademar Machado ressalta que o Portal da transparência é o correto. Que o pagamento tem como base a receita líquida do Estado. A SES não faz a gestão do recurso. O cofinanciamento não está previsto. O Cosems questiona por que alguns serviços de TRS receberam o pagamento dos atrasados e outros não. Que critério é utilizado pela SES. Fonte 261: recurso vinculado. Fonte 161: Fundo Social.

6. Portaria MS 2.370 de 19 de outubro de 2017: alocação de recurso.

Diogo Demarchi sugere alocar o recurso via termo de garantia de acesso da oncologia. A alocação per capita e adicionado aos termos.

Encaminhamentos: Levar para aprovação na reunião da CIB.

LOURDES DE COSTA REMOR
Secretária da Comissão Intergestores Bipartite